

Sábado, 8, e segunda-feira, 10 de outubro de 1983

# ● Nacional

## FINANÇAS ESTADUAIS

# Orcamento gaúcho prevê gastos de Cr\$ 80 bilhões sem apoio financeiro

por Mário de Santi  
de Porto Alegre

O secretário da Fazenda do Rio Grande do Sul, Clóvis Jacobi, fez a este jornal uma veemente defesa da austeridade e realismo de seu orçamento para o período de 1984. Segundo ele, não há reparos a fazer no orçamento de Cr\$ 2,2 trilhões e que prevê um déficit de Cr\$ 891 bilhões no final do período. "Está absolutamente adequado à realidade nacional, é recessivo e não prevê nenhum investimento com recursos próprios", disse, ao comentar que os Cr\$ 80 bilhões anotados como investimentos representam apenas "uma autorização de gasto, para constar, sem nenhuma disponibilidade efetiva". Serão aplicadas, conforme explicou, apenas as receitas vinculadas, como salário educação, impostos únicos, taxa rodoviária única, no valor de Cr\$ 320 bilhões.

### DÍVIDA

Ele ainda encara com otimismo a cobertura do déficit, gerado por uma receita de ICM de Cr\$ 1.007 trilhão, que, juntamente com outras, receitas, forma o total de Cr\$ 1.314 trilhão, insuficiente para fazer frente às despesas de Cr\$ 2.205 trilhões. Se não for possível pagar todas as contas, Jacobi diz que não hesitará entre pagar o funcionalismo, que representa Cr\$ 940 bilhões ou 45% do orçamento, e deixar de lado o serviço da dívida, que soma Cr\$ 677 bilhões. Um perfil perverso, segundo ele, acumulado em função da política tributária vigente, que faz com que os estados paguem juros sobre um dinheiro que na verdade era seu, mas foi apropriado pela União. "Estamos hoje devendo um di-

nheiro nosso, que deixou de sê-lo por causa da lei tributária em vigor." Em 1983, para uma receita de ICM de Cr\$ 474 bilhões, contrapõem-se concessões de benefícios fiscais no valor de Cr\$ 541 bilhões.

Jacobi diz que não se enquadra entre os defensores "passionais" da reforma tributária. "Quero o reexame de alguns pontos." Citou a proposta do secretário geral do Ministério da Fazenda, Mailson da Nóbrega, de aumentar a alíquota de ICM de 16 para 18%. "Nossa receita subiria Cr\$ 130 bilhões em 1984, o que serve sob o ponto de vista de caixa, embora seja inflacionária, anti-social e simplista", disse.

### MORATORIA

Deposita confiança ainda numa emenda constitucional apresentada no Senado, que prevê moratória para as dívidas do estado e redistribuição da contribuição de melhoria. Entre outros itens, lembrou o ICM pleno do cigarro, hoje em 4,6% apenas.

Afora isto, pretende negociar a dívida de Cr\$ 677 bilhões junto a credores como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, BNH e BNDES. "Nós vamos pagar, somos um estado tradicionalmente bom pagador, queremos prazo maior.

O déficit é grande, mas o que não se pode é esconder a realidade. Estamos num regime aberto e estas são as contas de um governo eleito pelo povo", afirmou Jacobi. Espera contar também com operações financeiras e emissão de títulos da dívida pública, embora saiba que o governo federal será parcimonioso nesta questão: "Espero o necessário para sobreviver".